

Yes, nós queremos bananas

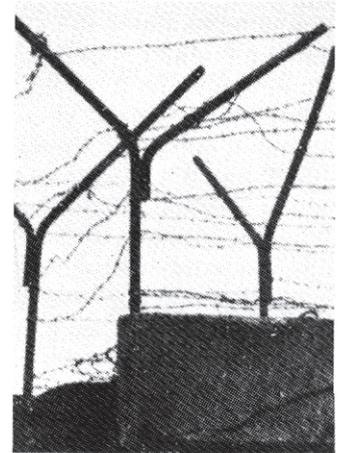
Luiz Carlos de Brito Rezende

Pulando o muro

*Dois homens no mato
saem da trilha: súbito
um pulo resoluto
mas logo suspenso
em no man's land
onde calam as moscas,
mesmo o capim fica mudo
pisado pela patrulha que não acaba mais
de passar.*

(Adaptado de J. Becker, "You are leaving the American Sector")

Um cartão postal de boas vindas à RFA representava a bandeira com uma banana no lugar da águia imperial ou dos democráticos martelo e compasso. Emblema do êxodo a Oeste, o exótico fruto voltou a merecer seu antigo nome de "pomo do paraíso", concentrando em si todos os desejos possíveis. Um jornalista chegou a calcular que, dos mais de dois milhões de visitantes recebidos em Berlim ocidental durante o primeiro fim-de-semana de trânsito livre, haveria ao menos um obcecado por frutos nunca antes comidos a ponto de gastar integralmente em bananas sua alocação de boas vindas, 100 DM, 33 quilos, mas – problemas de transporte, talvez? – ninguém deu tantos tostões a troco de banana. Os cálculos, aliás, eram otimistas: nos arredores das passagens abertas, os vendedores ambulantes logo passaram a vendê-las a 7 DM o quilo, sem nenhuma dificuldade para escoar seus estoques. Os alemães-orientais mais enganados aderiram assim vorazmente à hipótese-base da economia marginalista, segundo a qual uma banana vale ouro quando estamos realmente a fim dela. Passados os primeiros arroubos, a marmelada de preços voltou a estabilizar-se pouco acima das cascas que coalhavam o chão, numa demonstração prática da suficiência com que o mercado, este momento onde os desejos individuais se dissolvem nas demandas coletivas, ajusta seus preços: mera evidência estatística, diriam alguns. Os manuais de microeconomia reconhecem, contudo, que vários fatores embananam tais automatismos, como, por exemplo, greves e movimentos reivindicatórios de grupos particulares. Recobrados do estupor inicial, os alternativos do Leste, aproveitando a brecha, vieram fazer uma passeata no Oeste sob o mesmo emblema da banana, aqui com a conotação negativa de uma sociedade em vias de escorregar perigosamente no consumo conspícuo. Os alternativos locais, que tinham aproveitado o fim-de-semana para quebrar umas vitrinas do pedaço, uniram-se à proibição do fruto estigmatizado por seus congêneres de além-muro, dando uma banana aos



**LUIZ CARLOS DE BRITO
REZENDE** é ensaísta e tradutor.

neo-consumistas com frases do estilo “a liberdade que vocês querem é a dos bancos”, ao que os bananas respondiam na fruta, “vocês é que não sabem como é bom o capitalismo”. A julgar pelo resultado das eleições subseqüentes, muita gente, a começar pelos operários, devia estar pensando a mesma coisa. No que diz respeito à emblemática banana, o ritmo dos acontecimentos atribuiu-lhe ainda um novo significado: enquanto o governo de Lothar de Maizière fazia sua declaração de intenções, centrada em torno da reunificação alemã e da adesão à CEE e à Otan, agricultores protestavam às portas da Câmara do Povo contra a concorrência desleal dos frutos exóticos e em defesa da maçã pomerana. Como diz Milos Forman, a escolha é entre o Zoo e a *Jungle*.

Acompanhando o cartão postal, um jogo fonético perguntava, “*Sagenm was it's?*” (Diga, o que é?), uma resposta de banana dando direito ao troco, “*So isses* (Então coma) – *made in West*”. Descrição do turista alemão-oriental no verão húngaro ou tcheco, buscando a brecha por onde escapar: jeans usados, tênis vagabundos, cara de fome... metafísica, supomos. Se o primeiro voo (*Ausflug*, saída, excursão) para a liberdade foi recebido como um “voto com os pés”, o resultado das eleições de março na RDA, decidida pela perspectiva de reunificação imediata e de paridade dos marcos, gerou comentários de “voto com o estômago”. A banana emblemática, fome metafórica.



Da fome à devoração, a distância é curta. Como o gentil ogre de Michel Tournier, involuntariamente absorvido por um regime-ogre nazista que o engolirá consigo nas charnecas da Mazúria, os mentores da “revolução de veludo” procuraram modular a bulimia de mudança para não serem devorados por ela. O Partido Socialista (ex-Operário) deslanchou na Hungria o processo que culminaria com o desmoronamento do sistema soviético na Europa oriental, o Novo Fórum alemão iniciou as grandes manifestações de rua que em menos de um mês abalaram o regime alemão; ambos foram varridos pelas eleições, gerando imediatos comentários sobre a revolução, esta figura saturnina que devora seus filhos. Na ânsia de não serem engolidos pelo sistema ocidental, eles representavam, cada um em seu país, a mesma idéia de uma identidade nacional reformada para melhor se preservar, terceira via entre os dois ogres do socialismo burocrático e do capitalismo selvagem.



Paisagens lunares da Boêmia, crepúsculo onipresente dos invernos da Turíngia, vilarejos negros de chumbo da Romênia, o Elba e o Vístula tão ácidos que, em alguns pontos, foram declarados impróprios mesmo para a refrigeração de condutos industriais... a lista é exaustiva. A abertura da Europa do Leste põe a nu décadas de ideologia industrializante. Não se trata apenas de cálculo econômico ou de incúria administrativa; trata-se de opção estética: onde duas chaminés seriam suficientes, instalavam-se cinco. Operários musculosos e confiantes, chaminés cuspidos jatos fuliginosos: formas privilegiadas de expressão socialista, símbolos de potência do regime. As chaminés rasgando a paisagem estavam presentes nas salas de reunião das fábricas como a ratificar, com seu peso estético, o acerto da linha seguida. As chaminés vão ao mercado: antiga nota de 50 marcos da RDA. Em alguns casos, sua ereção era diretamente acoplada à justiça social, como em Cracóvia, burguesa e ativa, à qual justapôs-se a proletária Nowa Hutta com sua metalúrgica Lênin. Num plano menos simbólico, elas marcaram a escolha feita ainda na era stalinista pela exploração intensiva da lignita, de baixo rendimento energético e intensamente poluidora. A dimensão do desastre se faz onipresente, e fica dramática no triângulo de concentração industrial formado por baixa Saxe, Silésia e Boêmia setentrional, a cavalo entre RDA, Polónia e Tchecoslováquia.

Submetidas, daqui para a frente, à pressão inédita da concorrência, é pouco provável que as indústrias dos países do Leste sejam miraculosamente tocadas pela sensibilidade ecológica. De um ponto de vista de rentabilidade econômica, seria uma verdadeira loucura equipar com dispendiosas medidas antipoluição um parque industrial obsoleto, cujo valor é praticamente nulo. Para completar o quadro, prevê-se, daqui até o ano 2000, um aumento de 100% para a demanda energética na região. Substituição de equipamentos financiada pela CEE ou por investimentos diretos de grupos ocidentais? As

grandes linhas de evolução ainda não são claras. A recente constituição de um banco de desenvolvimento para o leste europeu (Berd, 51% capital CEE, 10% EUA, outros Leste, Japão, Coréia, México...) define o respeito ao meio ambiente como uma das condições necessárias aos empréstimos, mas grandes projetos diretamente ligados à questão, aparentemente não são de sua alçada. Quanto aos investimentos diretos – financiados ou não pelo Berd –, parece arriscado imaginar que os grupos ocidentais exportarão, junto com seus equipamentos e capitais, uma consciência ecológica largamente devida à pressão social sobre eles exercida. A julgar pelos diferentes avatares de colonialismo que balizam o desenvolvimento do capitalismo, parece mais sensato prever uma transferência de equipamentos obsoletos e/ou uma continuação das práticas locais. Resta o problema maior: o sinal de alarme ecológico vem soando repetidamente, com ecos na imprensa mais estabelecida e nos governos mais reticentes. Como a poluição não respeita fronteiras, os países ocidentais, sobretudo a Alemanha, serão obrigados a intervir; a comissão econômica da CEE já desbloqueou sua primeira dotação orçamentária para diminuir o problema. No cômputo geral, as previsões são propriamente negras como carvão ou, se preferirem, cinzas como pó de chumbo.



“O que seria do panorama fascinante da Cidade das Cem Torres sem o perfil da catedral a marcá-lo do selo cristão?” Karol Wojtyla soube aproveitar-se de Praga para ilustrar “as raízes cristãs da cultura européia”. Citando o poeta Vladimir Holan, para quem “nada se constrói sem dimensão transcendental”, o Papa fustigou a “trágica ilusão” da “utopia comunista”, alicerçada no medo “como todo materialismo”: a falta de raízes transcendentais condenou-a a ser “um fragmento informe como a torre de Babel”.

A imagem bíblica, além de estigmatizar o edifício comunista em ruínas, contrastava com a maneira pela qual João Paulo II, “guiado pelos desígnios divinos”, encarnou sua missão apostólica num fenômeno de glossolalia dirigida: papa eslavo em terra eslava, capaz de “conhecer a língua” como soubera, antes, “compreender o silêncio” dos auditores, para converter-se ali “em sua nova voz”. O presidente anfitrião, Vaclav Havel, foi tocado pelo milagre desse “mensageiro do amor”, chegando num “país arruinado pela ideologia do ódio (...) e feito em pedaços pelo reino dos incultos e da mentira”, onde “não havia mais lugar para o espírito”, como o “apóstolo da espiritualidade” e o “signo vivo da sabedoria”. João Paulo II, como já vimos, acredita encarnar o signo da nova “língua comum”, fundada na fé, que cimentará a Europa de amanhã.

A Tchecoslováquia constituía, para o Papa, a plataforma ideal de onde lançar seu novo “conceito de cristandade”. Tendo passado por Bratislava, capital da mui católica Eslováquia, ele escalou os contrafortes dos Cárpatos ocidentais para ir a Velehrad, na Morávia. As relíquias de São Metódio, evangelizador dos eslavos, que aí se encontram, vêm sendo objeto de uma peregrinação renovada desde 1985, onze séculos depois de sua morte. Como lembrou João Paulo II, São Benedito de Nursia edificava a Igreja latina a partir do Monte Casino, enquanto Metódio e seu irmão Cirilo, saindo de Salônica, dotavam os povos do leste europeu de letra e espírito... ortodoxos, *mas* cristãos. “A história cristã ainda não está acabada aqui. Seus santos não estão mudos, mas continuam vivos, garantias do passado como do futuro”. A mesma veia ecumênica, ao menos no seio da cristandade, levou-o a desejar que a memória de Jan Hus e das guerras da Boêmia ajude os locais a “retornarem às suas raízes”. Transparência em Roma? Estaria João Paulo II pensando em engajar-se na série contemporânea de retificações históricas e em anular enfim o anátema lançado contra Hus no concílio de Constança? A partir de uma ótica papal, senão papista, haveria muito a ser ganho; Hus morto na fogueira, os hussitas massacrados pelos imperiais, numa espécie de prévia à Montanha Branca (1620), onde os protestantes deixaram a pele, e a Boêmia sua liberdade; jamais êxodo protestante foi mais importante que o da Boêmia e Morávia sob os Habsburgos. Compreende-se que o apelo de João Paulo II ao “selo cristão” impresso no panorama de Praga tenha selecionado a catedral gótica construída sob Carlos IV e preferido passar em silêncio a marca, muito mais presente e mais difusa, da Contra-Reforma barroca com que os Habsburgos afirmaram seu poder sobre o país conquistado. Compreende-se também que, na República laica fundada em 1918 por Tomás Masaryk, os tchecos queimas-se, aqui e ali, estátuas da Virgem em praça pública.

Banco de Dados



Passada em Leipzig, Alemanha Oriental



No mesmo fim-de-semana em que recebiam o Papa, os nacionais conseguiram chegar, depois de ásperas discussões, à denominação oficial de “República federativa tcheca e eslovaca”, encerrando assim a que foi chamada guerra do hífen. No início, o governo Havel propusera duas grafias para o atributo gentílico: uma só palavra, “tchecoslovaca”, em tcheco, e um hífen divisório em eslovaco. O traço de união proposto revelou a profunda desunião do país, composto de povos que, aparentados na língua, seguiram caminhos divergentes a partir do século X até 1918. A República de Masaryk, animada sobretudo por intelectuais tchecos e apoiada sobretudo na industrializada Boêmia, causou desde logo o ressentimento dos eslovacos, que se sentiam minoritários, marginalizados e dependentes no interior da República. A invasão hitlerista suspendeu temporariamente as querelas de então... para reacendê-las hoje, talvez com maior intensidade. Tudo começa pelo hífen, associado ao ano de “República tcheco-eslovaca” exangue e humilhada pela anexação dos Sudetos, antes que a Alemanha decidisse criar um Protetorado da Boêmia e da Morávia incorporado ao Terceiro Reich e um Estado eslovaco formalmente independente. O hífen proposto por Havel vinha recolocar as questões na ordem do dia.

Enquanto o Parlamento de Praga se desunia pelo traço, em Bratislava manifestantes denunciavam a “dominação tcheca” na praça da Insurreição eslovaca. Aos intelectuais e estudantes que tinham participado da “revolução de veludo”, em novembro, sucediam-se os nacionalistas integristas inspirados pelo congresso mundial eslovaco, organização de extrema-direita sediada em Toronto. Seus representantes vieram a Bratislava editar uma revista cujo último número ostenta um retrato de Monsenhor Tiso na capa: trata-se do presidente da República criada pelos nazistas, que foi executado no fim da guerra mas continua sendo objeto de um verdadeiro culto, beirando a santificação, entre os camponeses eslovacos. O terreno é fértil, a vários títulos, para os “clubes”, clericais e resolutamente anticomunistas, que vêm criando o movimento cristão-democrata. Seus dirigentes contemporizam, dizendo que “somos tolerantes e nosso programa é semelhante ao dos cristãos democratas da Europa ocidental”. Amanhã...



No mesmo fim-de-semana, a União Democrática Croata, que reivindica 500.000 membros, dos quais uma grande proporção de católicos, usava como argumento de campanha a volta às “fronteiras naturais e históricas da Grande Croácia”, fazendo apelo a temas típicos dos colaboracionistas *ustachis* de Ante Pavelic. O líder da União, considerando as semelhanças mera coincidência, não deixava de criticar os campos de concentração criados pelo ditador. Para os independentistas croatas, as reivindicações nacionais avançadas são a única barreira contra o “hegemonismo sérvio”.



Na Polônia, o Partido Nacional-Cristão rompeu sua aliança com o Solidariedade para formar uma coalizão eleitoral com a Frente Nacional, organização mais conspícua e mais militante de um Bloco patriótico que inclui ainda movimentos como a Jovem Polônia (*Młoda Polska*), que participa do ministério de Mazowiecki. O matrimônio de ocasião foi contraído sob os auspícios de uma parte da hierarquia católica, a começar pelo controverso Monsenhor Glemp. Nacionais-cristãos e nacionais-nacionais estão persuadidos de poderem engolir o cônjuge na primeira ocasião, saindo fortificados em número (caso da Frente) ou em militância (caso do Partido). Todos estão de acordo na nostalgia da Polônia de Pilsudski, avatar fascistizante, “nacional e cristão” da Grande Polónia dos Piat. A nova coalizão aproveita todas as oportunidades para denunciar a origem judaica de alguns intelectuais vinculados ao Solidariedade, como Adam Michnik e Bronislaw Geremek. Coincidência? Lech Walesa, reeleito à presidência do movimento, lança de improviso, “para não encomendar textos dos outros”, uma declaração de grande argúcia táctica, lembrando que “a democracia vale a pena quando é útil à Nação!” De

Banco de Dados



Reunião do congresso húngaro em que foi dissolvido o partido comunista

qualquer forma, longos programas são dispensáveis, a seu ver, porque “todo mundo sabe que os programas sempre são justos, mas a vida é bem mais complicada...”. A dispensa dos intelectuais-conselheiros que o assessoravam não trouxe maiores problemas, “quando eu os ouvia, em 1981, só tinha 55% dos votos (do Congresso de Solidariedade, NA), agora tenho 77%”. Waleisa será candidato a todas as presidências apoiado na sua extrema sensibilidade à mudança dos ventos.

Na Hungria, encontramos movimentos análogos, como a Frente Patriótica (*Magyar Memzet*) ou a Santa Coroa (*Szent Korona*), cujo grande objetivo heráldico é a reinstalação do emblema real nas armas nacionais... acompanhada, supõe-se, de uma restauração política paralela e efetiva. Por enquanto, esses movimentos dispõem de uma audiência limitada, ao contrário do Partido dos Pequenos Proprietários (FKGP), partido “nacional e cristão” ressurrecto com o mesmo slogan de sempre: “Deus, Pátria, Família”. Seu líder, o septuagenário Vincze Vörös, considera serem os únicos com uma “ideologia clara”, que se resume a duas idéias de força: anulação das desapropriações de 1947, e expurgo do aparelho de Estado de toda e qualquer influência comunista. Militantes exemplares – “Aderi ao FKGP porque é o mais húngaro de todos os partidos!”, Hanko, 50 anos, engenheiro – interiores ornados com um mapa da Grande Hungria anterior ao Tratado de Trianon. Panfletos sintéticos: “Exijam suas terras de volta!”. O Partido dos Pequenos Proprietários, instalando a Mãe-Terra no centro simbólico da campanha, logrou um resultado bem superior à sua importância eleitoral – se bem que esta não seja negligenciável. Enquanto isso, sua ala “moderada” foi descartada pelos “duros” liderados por Jozsef Torgyan, que imediatamente se pôs a reivindicar a pasta da Agricultura para apoiar o governo de Jozsef Antall.



Trotsky advertia os socialistas-revolucionários e os mencheviques recalcitrantes: “acabou a brincadeira, vocês que ainda não entenderam que vão parar no lixo da História!”. Um cartaz do Fórum Democrático húngaro (MDF) mostrava uma lata de lixo transbordando de emblemas do antigo regime: bustos de Stalin, effgies de Lênin, estrelas vermelhas, livrinhos de Mao. “Uma faxina de primavera para o país”.

A campanha eleitoral na Hungria transcorreu em meio ao que muitos denominaram uma interferência de signos. À esquerda, os velhos gerentes do PSOH insistiam em preservar a sua identidade leninista, enquanto a corrente majoritária, responsável pelas reformas que haviam catalisado a “suave revolução” alemã, a “revolução de veludo” tchecoslovaca e até mesmo a sangrenta e anticlimática concussão romena, amputava o atributo “Operário” de seu nome, tentando assim rejeitar sua própria herança bolchevique em favor da nova mensagem gradualista: “Pátria e progresso. Progresso e segurança”. Resposta da federação dos jovens democratas (Fidesz): um cartaz, dois beijos – apaixonado para o casal “livre”, camarada para Honecker e Brejnev –; entre os estilos, “Escolha!”. O Fórum Democrático (MDF) foi ainda mais direto: uma nuca taurina encimada por um quepe, uma sóbria inscrição em cirílico, “Adeus, camarada”.

Numa reação à monotonia da paisagem política anterior, 48 listas, das quais 12 nacionais, se apresentaram às eleições. Esta súbita quebra de jejum cívico desnorteou um pouco os eleitores; alguns, vendo cartazes de mobiliário escandinavo, pensavam tratar-se de promessas da lista da IKEA. É verdade que partidos, como o FKGP com sua ter-
ra-emblema, recorriam a emblemas da mesma ordem.

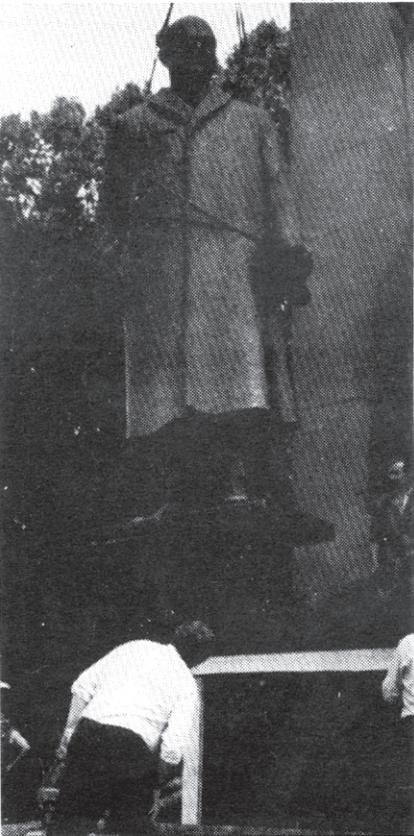
As eleições foram dominadas por duas listas, o já citado MDF e a Aliança dos Democratas Livres (SzDSz) encabeçada pelo filósofo János Kis. Enquanto este último pregava um liberalismo tão agressivo quanto o estilo de seus militantes – que lhe valeu a pecha de “bolchevismo cultural” –, o MDF, em seu propósito de “separar o joio do trigo”, propunha uma transição gradual para a economia de mercado. É simples compreender as grandes linhas do debate. Para os democratas livres, os conglomerados, fósseis cujo valor em equipamentos é quase nulo, são ingeríveis, tanto no que diz respeito à sua ingovernabilidade quanto no que tange à sua digestão pelo capital estrangeiro; nenhum problema, sua venda é só lucro. Para os membros do Fórum, as privatizações selvagens apenas transfeririam os monopólios estatais ao setor privado, alienando de passagem o patrimônio nacional em favor de grupos estrangeiros; a primeira tarefa é então recriar uma “burguesia nacional”.

Apesar de suas diferenças, os dois partidos coincidem em algumas referências, como

Banco de Dac



Jovens gritam contra o regime comunista em Berlim Oriental, em outubro do ano passado



Lênin sai da Praça dos Heróis,
em Budapeste

o poeta Daniel Berzsenyi (fim do séc. XVIII), “nosso modelo moral” nos panfletos do MDF, também presente nos apelos do SzDSz. “Só um povo livre faz milagres”: frase empregada pelo autor do hino nacional, Kőlcsey, para encerrar a sessão parlamentar comemorativa da vitória dos imperiais sobre os otomanos; doze anos depois, outra sessão colocava a coroa definitivamente entre as mãos dos Habsburgos; quantas ortografias estariam sugeridas pela “escolha premeditada” de referências simbólicas que Zoltán Nemessuri, um dos coordenadores da campanha do MDF, explica em termos concisos: “Queremos representar o partido da continuidade. Nossos símbolos são tirados da reserva nacional de imagens populares.(...) Neste período de renascença, precisamos reconstruir a identidade nacional, destruída por 40 anos de bolchevismo”. Num regime mais prosaico e contundente, Jozsef, camponês militante do FKGP: “Os comunistas não só roubaram nossa terra, mas conseguiram poluir o ar que respiramos com sua mania de espalhar fábricas no meio dos campos. Instauraram culturas intensivas sem compreender que a terra é um organismo vivo, que precisa de repouso. Hoje, ela está exausta. Vou lhes dizer, os comunistas são uns canibais... Fizeram pior do que nacionalizar, mataram o amor das pessoas pela terra, o respeito pelas colheitas, o amor do trabalho bem feito. Agora todo mundo joga o lixo em qualquer lugar, nada é de ninguém. Vai ser preciso mais de um século para reconstruir o que foi destruído em 40 anos”.

O peso simbólico emprestado à terra corresponde ao peso das comunidades rurais na Hungria, ainda próximo de 40%; graças à política de compromisso do governo Kádár – o “comunismo goulash” –, cada camponês trabalhando em cooperativas tinha direito a explorar individualmente 2,5 acres, o que, em virtude de arranjos com a família e outros expedientes, permitia que se chegasse aqui e ali a empreendimentos de até 20 acres. É certo ainda que os rurais de Putsza a leste do Danúbio votaram mais disciplinadamente que a população das grandes cidades, a começar por Budapeste, prematuramente atacada, segundo alguns, de “desilusão democrática”. Tudo isso permitiu o ressurgimento parcial da clivagem política essencial, na Hungria entre-guerras, opondo ruralistas, sustentáculos do regime protofascista de Horthy desde 1924, e urbanistas, liberais muitas vezes oriundos da burguesia judaica de Budapeste – “Judapeste”, para seus detratores. O MDF, aliado ao FKGP, deverá gerir essa incômoda herança no seu projeto de constituição de uma burguesia nacional. A derrocada do SzDSz, cujo *handicap* eleitoral passou de 1,5% a 23% entre os dois turnos, pode sem dúvida ser parcialmente explicada por excesso de agressividade, “quem sabe, tem coragem e faz”, assim como por uma estética excessivamente ocidentalizada, cartaz com equipe pondo mãos à obra em fundo azul-celeste, enquanto o MDF apresentava a imagem austera do líder engravatado, “asseio” e “liberdade”... transmitindo uma segurança aos antípodas da violência passional, estilo *some like it hot* como a doce Marilyn, do “alguns preferem livre” enfiado através de um mapa da suave Mãe-Terra pelos propagandistas do SzDSz. Jozsef Antall deve a vitória de seu partido à habilidade do amálgama feito entre “reserva nacional de imagens populares” e sua própria pessoa, esta garantindo aquela. Teria sido tanto menos inquietante se, nos últimos dias, o MDF não tivesse usado um anti-semitismo às escâncaras – “os judeus estão de volta!”, dito sugerindo o não dito “... e querendo Poder...”.



A RDA, com um sistema eleitoral mais simples e partidos diretamente sustentados pelos homólogos ocidentais, permitiu uma tabulação mais legível. À direita, para 48,15% de média nacional obtida pela coligação de partidos cristãos Aliança pela Alemanha (AC), as três grandes categorias de eleitores encontram-se entre pequenos comerciantes (66%), operários (58%) e camponeses (50%), uma proporção significativa destes últimos (15%) tendo sido atraídos pelo Partido Camponês, exterior à coligação. A ruptura com o antigo regime é menos evidente do que parece, tanto democratas-cristãos quanto camponeses tendo servido durante anos a fio de partidos satélites ao PC, o qual, rebatizado Partido do Socialismo Democrático (PDS), alcançou inesperadamente 16,33% dos votos, com pontas de 24% entre os funcionários, 23% entre os estudantes e aprendizes e 17% entre os funcionários públicos; em Berlim, puxado por sua burocracia, o PDS obteve um verdadeiro triunfo, com mais de 30% dos votos, nos calcanhares do Partido Social-Democrata (SPD).

Apontados como os grandes favoritos em todas as pesquisas pré-eleitorais, os social-democratas foram duramente desiludidos pelas urnas, obtendo apenas 21,84% dos sufrágios, frente aos quais sua vitória berlinense e seus 23% junto aos funcionários são um ínfimo consolo; seriam motivos de alegria seus 21% junto aos operários, contra apenas 9% concedidos ao PDS? ou o pico de 26% junto aos aposentados?

Uma parte destes últimos votos pode ser atribuída a reminiscências da cultura social-democrata imperante na Berlim entre-guerras, assim como uma parte daqueles atribuídos ao PDS à disciplina reciclada dos quadros que o constituíram sobre os escombros da Alemanha nazista, mas seu reflexo de base deriva possivelmente de um desejo secularizante frente ao problema fundamental apresentado pelas eleições: reunificação, sim ou não? e em quais condições?

As regiões do sul, Saxe e Turíngia, afogadas sob a poluição causada pelos grandes conglomerados, exprimiram um voto cristalino: “o sol não brilha para nós, proletários, neste paraíso socialista”. Aqui, o dilema da identidade diluiu-se na facilidade proposta pela AC: “Liberdade e riqueza para todos, nós somos ‘um’ povo, nunca mais socialismo”. Numa lógica simetricamente oposta, mas igualmente exemplar, o PDS conduziu sua campanha dizendo: “Votem pelo seguro social!”. As análises feitas, no momento das eleições, insistiram no aspecto alimentar do voto; talvez possamos ver, por trás dele, uma busca de identidade – pegar ou largar? – diferentemente canalizada por esses dois partidos.

Enquanto os democratas-cristãos do oeste participavam diretamente da campanha, chegando com suas Mercedes para distribuir panfletos e vinho do Reno grátis, “se vocês também querem, e já, votem em nós”, os social-democratas, numa linha “gente como a gente”, asseguravam o apoio logístico aos militantes do leste. O efeito causado pelas mesmas velhas *Trabant* a dois tempos, ainda que com novos panfletos, não foi dos maiores. A derrocada do SPD, como a do Novo Fórum, foi também a de uma via alternativa.



Na volta ao capitalismo, a Hungria é um país pródigo e pioneiro. O grupo alemão de imprensa Axel Springer, cuja filial húngara vinha publicando romances “água com açúcar” desde fevereiro de 1989, adquiriu praticamente sem despesas seis jornais regionais alguns dias antes do segundo turno das eleições de abril. Eles tinham pertencido até então ao PS(ex-O)H, cuja derrota eleitoral já era certa. Em cada caso, os jornalistas se demitiram coletivamente para serem automaticamente reempregados por Springer e, da noite para o dia, mudaram (de) dono e títulos. O PSH nega veementemente quaisquer acordos por baixo do pano. As más línguas lembram que, constrangido a apresentar um inventário, dali a alguns dias, que servisse de base à separação entre bens próprios e de Estado, o Partido, mesmo sem ganhar muito na possível falcatura, certamente não tinha nada a perder. Aos jornalistas, bastou o reemprego sem alteração de salário. Por quê? “Porque somos uns carneiros”, respondeu um deles. A considerar o futuro mais do que incerto de jornais e redações, assim como o desemprego de até 20% previsto pelo próprios partidos que ganharam as eleições, a resposta poderia ter sido “porque já nos damos por felizes com nosso empreguinho garantido”. Uma ilustração do *Monde* mostra um jornalista entrando afobado na sala de redação, “Springer acaba de comprar a gente!”, ao que outro responde, “Eu não! Fui comprado por Murdoch...” Ou Maxwell, ou Hersant... Os grandes grupos internacionais de imprensa disputam acirradamente o terreno. A novidade, no caso de Springer, foi ter-se lembrado da imprensa regional, até ali à margem das disputas, apesar do interesse apresentado por suas tiragens estáveis, sobretudo na situação presente de monopólio local.

Springer aproveitou a brecha deixada pela indefinição jurídica da propriedade nos países do leste europeu. O monopólio do poder pôs a “propriedade coletiva” sob o controle de um administrador bicéfalo: Partido e Estado, sem contar suas inúmeras criaturas. Uma vez desfeito o mito da vontade encarnada no primeiro, têm-se sucedido casos dolorosos de separação de corpos e, conseqüentemente, de bens. A imprensa, como elo de transmissão do poder, tornou-se uma instância simbólica de disputa. Na Lituânia, as correntes minoritárias pró-russas ocuparam a única gráfica, estimando inconstitucional a declaração de independência e reivindicando a propriedade jurídica das antigas instalações do Partido. Em Leningrado, a Plataforma Democrática, ainda fazem-

do parte do PCUS, venceu as eleições municipais de março, mas não tomou posse do jornal regional, mantido sob controle do Comitê Central do Partido, onde eram minoritários.

Além da gestão bicéfala, as fronteiras entre propriedade e usufruto são indefinidas. Com o desenvolvimento das sociedades de economia mista, criou-se uma enorme confusão jurídica. Sucederam-se, na Hungria, casos de acordo direto entre gerentes de empresas estatais e grupos estrangeiros. O mais famoso concerniu a uma *joint-venture* contraída pelo Instituto do Trigo, administrador do palácio Gerbeaud, em cujo andar térreo se encontra um dos melhores cafés de Budapeste: os estatutos da nova sociedade previam a transformação do prédio, versado como dote, em hotel de luxo. Dessa vez, o Estado fez valer seu título de proprietário, e o caso deveria ser julgado no fim de abril. Foram inúmeras as transações do tipo feitas na surdina, desde pequenas indústrias locais até redes nacionais de hotelaria. Em alguns casos, a indefinição ultrapassou os limites da economia húngara, como recentemente com o Instituto do Turismo, que passou a ser cotado na bolsa de Viena. Mesmo que a transição do poder, consequência das eleições, consiga disciplinar as noções jurídicas de propriedade entre Estado e Partido, de usufruto entre Estado e empresas estatais, inexistente jurisprudência para deslindar o problema das dotações orçamentárias com que os partidos presentearam a si próprios e as suas “organizações de massa” ao longo dos anos.



Um economista húngaro, membro da Associação dos Democratas Livres (SzDSz), defendia em março seu programa de reintegração imediata à Europa e de monetarismo radical – CEE + FMI – dizendo que “é necessário aceitar a realidade como ela é”. Gorbachev anunciava em dezembro uma aceleração das reformas econômicas destinadas a regular a transição da economia soviética rumo ao “mercado planificado socialista” de 1995, advertindo que os recalcitrantes “serão punidos pela vida”. Na mesma época, o primeiro ministro Rikov criticava essa radicalização dizendo que “é preciso ser realista”. *Libération* considera então que “a perestroika não passa, no fundo, de um retorno brutal à realidade”. Querela interna dos realistas? Seus adeptos parecem se distribuir por todas as nuances que vão do mercado puro e duro à planificação mais rígida.

A União Soviética, até há pouco oficialmente à margem das “crises cíclicas do capitalismo”, inaugurou em seguida um ciclo de crises cada vez menos espaçadas. Se pouco mais de dois anos foram necessários para fundir as esperanças depositadas no primeiro grande projeto de mudanças econômicas, implementado desde 1987, pouco mais de dois meses deram cabo das “medidas cruéis” anunciadas no outono e postas em execução a partir de dezembro. No fim de março, Leonid Abalkin, principal responsável pela reforma da economia, testou a gravidade da crise. Para ele, “o governo podia escolher entre continuar o programa (de dezembro) ou levar em consideração as exigências da vida”. Entre o anúncio do plano por Gorbachev e a constatação de seu fracasso por Abalkin, a metáfora vitalista estabelece uma continuidade que não deve ser desdenhada.

Os ultraliberais poloneses e húngaros consideram o mercado como realidade única. Os burocratas de ofício consideram o Estado como realidade última. Ambos empregam o recurso realista que atribui a uma fonte singular de *realia* toda legitimidade discursiva, em geral mais factícia do que factiva. A visão de Gorbachev parece ter se afinado paulatinamente, e seu objetivo de “mercado planificado socialista” parece próximo, senão análogo, às práticas ocidentais de regulação de mercado, conjugando a este um sistema de proteção social, mas suas declarações devem ser escutadas no contexto da cultura política soviética que ele reivindica.

O vitalismo presente no discurso de Gorbachev se apóia na imagem implícita de um Estado doente de sua economia. Trata-se de uma metáfora aparentemente banal: durante as eleições húngaras, as diferenças entre os programas econômicos da Aliança dos Democratas Livres (SzDSz) e do Fórum Democrático (MDF) foram ilustradas de maneira recorrente em termos de dose cavalariça ou homeopática de capitalismo; outra versão da mesma figura estimava que o problema se resumia a amputar em seguida ou deixar o paciente melhorar um pouquinho... O caso polonês suscitou as mesmas imagens, ainda que de forma diluída. No que diz respeito à Gorbachev, a descrição das “medidas cruéis” faz pensar antes em uma cura terapêutica do que em uma posologia; e se, afinal de contas, a doença econômica do Estado fosse um fenômeno de conversão histérica,

mero sintoma? e se a causa de tudo residisse no próprio Estado, em seu aparelho bloqueado por formações regressivas de fundo político? Eis uma hipótese de leitura “etiológica” do par formado por reestruturação (perestroika) + transparência (glasnost). Gorbachev, no entanto, não é freudiano, mas leninista. A transparência em questão não implica uma busca impenitente da verdade como termo de uma longa e tempestuosa troca de idéias, franca e irrestrita; é uma transparência tática, mero meio que permita eficácia máxima na retificação em curso.

A eficácia buscada é antes de mais nada uma poupança de tempo. “As exigências da vida”, nos termos de Abalkin, resumem-se a isto: “dar ao tempo o seu devido valor”. Gorbachev deve tornar-se internamente credível a curto, senão curtíssimo prazo.



A reestruturação em curso mobiliza uma dialética destruição/(re)construção análoga à das revoluções e das curas analíticas; como nestas, tudo seria mais simples se as fases se sucedessem cronologicamente, em vez de estabelecer um conflito cotidiano onde as aquisições anteriores voltam continuamente a ser postas em causa. Dizer que a fase destrutiva da perestroika avança sem que se inicie a construtiva é um lugar comum. Cada novo plano apresentado estipula uma dose precisa de destruição/construção que deve se adequar ao momento. O problema das reformas atuais talvez esteja nesta adequação. A cultura política stalinista, habituada aos blocos de idéias claras, alega sempre ter implementado os projetos da oposição, esquecendo contudo que no lapso de tempo decorrido entre elaboração e consecução as condições haviam mudado, acarretando, em cada caso, um custo social de alguns milhões de mortos. Como se sabe, toda escolástica deseja situar-se além das meras injunções da temporalidade.



Numa abertura controlada do monolitismo vigente no PCUS, Gorbachev recorreu à distinção leninista clássica entre tendência e fração onde as primeiras seriam admitidas, ao contrário das segundas. A Plataforma Democrática que se constituiu em torno de Afanassiev, Eltsin e Popov logo mostrou os limites dessa distinção. No que diz respeito aos projetos econômicos apresentados, eles têm sistematicamente renunciado os planos de reforma governamentais; retoma-se assim o velho ciclo da corrida contra o tempo. Politicamente, a Plataforma operou uma forma de “análise selvagem”, estendendo a transparência até uma crítica da “arqué” leninista. Afanassiev chegou a declarar que a história soviética consiste numa sucessão de erros mascarada pela violência, processo iniciado com Lênin. A resposta não se fez esperar, e o Comitê Central do PCUS passou a exigir, com todas as letras de sua Verdade (*Pravda*), um expurgo daqueles que “por si próprios, já se colocaram fora do Partido”. A ruptura era inevitável. Ainda aqui, Gorbachev repete os clássicos do gênero, apoiando-se na sua direita para evacuar a esquerda, numa reação talvez marcada inconscientemente pela simbologia dos espaços ocupados.

O poder concentra-se sistemática e gradualmente nas mãos de Gorbachev; sua personalização parece ter sido a fórmula de poupança de tempo encontrada. Aqui, no entanto, existe uma ruptura da tradição leninista. Gorbachev concentra seu poder no Estado, e governa através de um Conselho de Ministros diretamente cooptado; para Lênin, o lugar simbólico do despotismo esclarecido é o Partido. A diferença é importante: o percurso iniciático do militante, que deve transcender sua humanidade dissolvendo-a no ser coletivo do Partido, forma convicções que não perduram, uma vez imersas na temporalidade que rege as medidas adotadas por Gorbachev e sua equipe de sábios; aquém deles, é o vazio.



O personalismo de Gorbachev é um modelo seguido, direta ou indiretamente, em outros países, conduzindo a versões austera como a de Antall, populista como a de Walesa ou mediática como a de Havel. Muitos alegam termos af o resultado de vários

Banco de Dados



A queda do Muro, Berlim Oriental

decênios de inação democrática. “Autoridade, eis o que é preciso.” Ela será tanto mais bem recebida quanto mais dissociada se mostrar da antiga retórica política. Músicos, homens de teatro, professores ocupam a cena, vazia há tantos anos, da representação política; trata-se agora de convencer, de criar efeitos de verdade, lá onde os homens de aparelho podiam se contentar com variações tecidas em torno de um único texto litúrgico. Esta nova passagem do rito à representação se desdobra em poéticas distintas, mas possuindo um nexos comum: nelas, uma dimensão ética se afirma. Eis de que renovar, em todos os sentidos, a concepção trágica da vida.



Uma bandeira furada no centro permite avistarmos uma sucessão de rostos expressivos, indivíduos vivendo em conjunto suas formas de emoção elementares: a imagem-tipo das primeiras grandes manifestações na Europa do Leste foi captada através de um vazio simbólico, como a sugerir o peso irredutível da vida.

À vontade de uma história transparente, isenta do véu da mentira, sucede uma volta maciça de formações históricas longamente ocultas; o grau zero é impossível, o desejo de transparência se projeta na espessura das várias histórias possíveis. Pelo momento, aflora principalmente a primeira camada, e reencontramos, sob as fronteiras atuais, as mesmas queixas, os mesmos protestos de iniquidade, muitas vezes as mesmas reivindicações presentes no período entre-guerras. Todos parecem de acordo quanto à inviolabilidade das fronteiras atuais, mas os recursos à história – às histórias – exacerbam os ressentimentos. O problema é insolúvel: várias nações foram grandes no decurso histórico, mas o espaço é um só.



Foi um desses anos em que a história se acelera, diriam os que a imaginam equipada de motor e engrenagens, veículo metafórico de maneabilidade superior à da rudimentar versão da roda que desnorteia os destinos a cada blefe da Fortuna. Talvez por isso, exaustos dos ciclos de antanho, os homens desdenharam a marcha à ré, postulando para o veículo recém-criado um movimento de sentido único variável apenas quanto à intensidade. Apesar de sua mecânica aparente, o carro da história, conceito destituído de movimento reflexivo, segue seu rumo com a marcha ligeira e elegante de uma carroça ou de um tanque.

Os leninistas mais argutos lembrarão que Ele formulou a mesma crítica com clareza, elegância e concisão pedestres: “um passo à frente, dois atrás”. É simples, hoje, perceber que o deslocamento resultante é retroativo, mas durante 70 e poucos anos, o impacto de fórmulas em aparência concorrentes – “comunismo = soviets + eletrificação” – prejudicou semelhante constatação. Para os que teimam em negar justiça à marcha da história e justiça à minha dialética seguida, basta lembrar que a única autocrítica para tanta incúria em extrair todas as conseqüências foi feita na Ilha que continua respeitando Sua memória: “contra a penúria revisionista, menos tratores, mais carros de boi!”. Na sua marcha lenta reside, segundo nossos bardos, o segredo da unidade latino-americana.



Por mais que corramos, a história nos alcança, e às vezes nos abalroa. Enquanto procuro pôr um ponto final a este artigo, já mais do que atrasado, minha vizinha tresanda em Hegel subvencionada pelo CNPq, ouve “Apesar de você” e “Caminhando” sem parar. Alguns vão continuar querendo bananas, aconteça o que acontecer. E daí? Todos sabem que nós as temos, para dar e vender...



Banco de Dados



Berlim Oriental, o êxodo